



São Tomé e Príncipe Rumo a “Transformação dos sistemas alimentares para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”
Setembro de 2021

SUPPORTED BY TECHNICAL ASSISTANCE TO STRENGTHEN CAPABILITIES (TASC)



This document was produced through support provided by UK aid and the UK Government; however, the views expressed do not necessarily reflect the UK Government's official policies

Contexto

A República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP), um pequeno estado insular no Golfo da Guiné, faz parte dos Pequenos Estados Ilhas em Desenvolvimento (SIDS) no Oceano Atlântico, junto com Cabo Verde e Guiné-Bissau. Atravessado pela linha do Equador, é um Estado constituído por duas pequenas ilhas e vários ilhéus. A sua extensão total é de 1.001 km², tendo a Ilha de S. Tomé e os seus ilhéus adjacentes, 859 km² de superfície e a Ilha do Príncipe incluindo também os seus ilhéus adjacentes 142 km² e é dominada por montanha vulcânica, que culmina a 2.024 metros acima do nível do mar. O clima de São Tomé é sub-equatorial com pluviosidade muito elevada. A precipitação média anual varia de 1.000mm na zona baixa (norte e nordeste) a mais de 6.000mm na zona alta (sul e sudoeste). Os meses mais secos são Junho, Julho, e Agosto e os meses mais húmidos são Março, Abril, e Maio. A humidade atmosférica anual é muito elevada e a temperatura média anual ao nível do mar é de 25,4 °C (Afonso, 1969; Banco Mundial, 2017). Os principais recursos naturais são os peixes e a energia hidroelétrica, sendo que as recentes descobertas de petróleo no Golfo da Guiné podem atrair mais atenção.

A população de STP, estimada em 224.232 (United Nations, 2019), é maioritariamente jovem- mais de 60% da população tem menos de 25 anos- com um crescimento populacional de 2.6%, e de acordo com as últimas estimativas em 2020, 74% de sua população vive em áreas urbanas e apenas 26% nas áreas rurais (World Bank, 2020a). A Visão Geral Económica do país é baseada principalmente na produção agrícola e vem se tornando cada vez mais dependente da exportação de grãos de cacau. Apesar do progresso feito nas últimas décadas em vários indicadores socioeconómicos, a incidência da pobreza permanece persistentemente alta nas últimas duas décadas, com dois terços da população e 68% pequenos proprietários vivendo abaixo da linha de pobreza com US \$ 3,2 por dia (Ministério do Planeamento Finanças e Economia Azul, 2019), e um índice de Gini elevado (56.3 em 2017) o que significa alto nível de desigualdades (Banco Mundial, 2017). Os principais desafios de desenvolvimento de STP estão ligados à sua insularidade, pequeno tamanho e oportunidades do mercado, recursos limitados de capital humano e são agravados por um fraco ambiente de negócios e infraestrutura (AfDB, 2018). Sua economia é insuficientemente diversificada e vulnerável a choques externos, dada sua estreita base de exportação e alta dependência de importações da maioria de bens e produtos.

O presente documento é o resumo das principais características dos sistemas alimentares do país e os caminhos e prioridades identificadas por diferentes atores da cadeia de valor destes sistemas para a sua transformação dos atuais sistemas para mais sustentáveis, inclusivos e resilientes, que constituam a base para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável. É um resumo que foi feito com assistência técnica de *Technical Assistance to Strengthen Capabilities (TASC)*¹ no âmbito da preparação do país para a sua participação na cimeira dos sistemas alimentares que tem lugar no dia 23 de Setembro de 2021.

Características dos Sistemas Alimentares de STP

A análise das características dos sistemas alimentares de STP é feita com base nas 3 componentes dos sistemas alimentares apresentadas no Quadro conceptual dos sistemas alimentares (Development Initiatives, 2020) nomeadamente a cadeia de abastecimento

¹ Technical Assistance to Strengthen Capabilities (TASC) faz parte do Programa mais amplo de Assistência Técnica para a Nutrição (TAN), financiado pela UK Aid, que é um mecanismo para fornecer assistência técnica aos governos dos países do SUN (Scaling Up Nutrition) e criar capacidades para o avanço de agendas nutricionais multi-setoriais, de acordo com os princípios e o roteiro do Movimento SUN.

alimentar, o ambiente alimentar, até ao consumidor final, e seus principais resultados; mas devido às limitações de tempo e informação, o enfoque será apenas na produção, disponibilidade, consumo e comercialização de alimentos, e os resultados do desempenho dos sistemas alimentares.

Produção interna e disponibilidade de alimentos

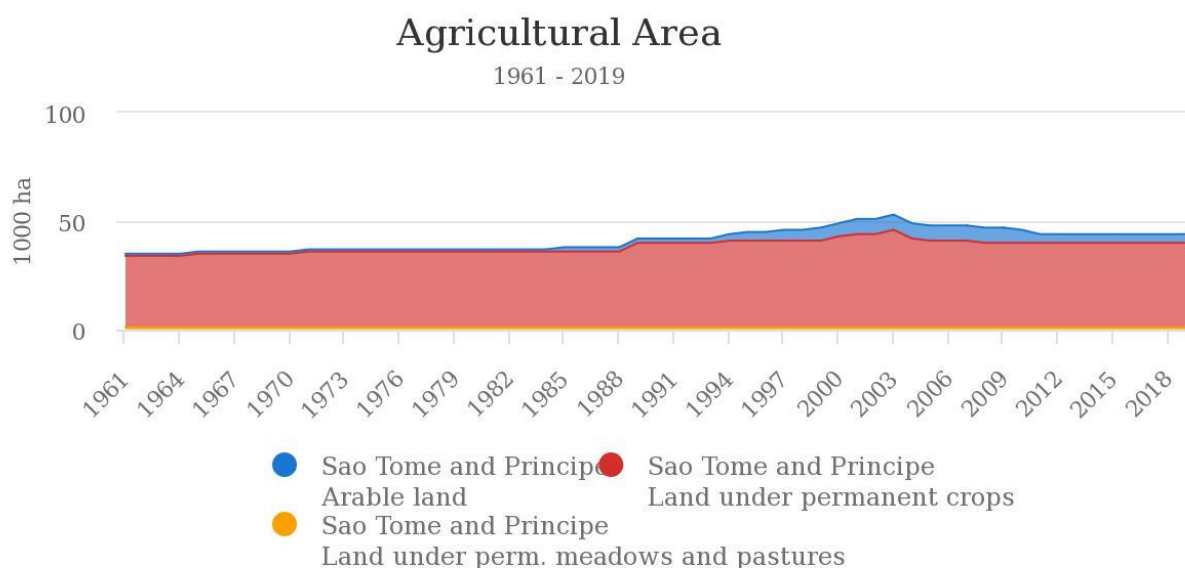
O sistema doméstico de produção de alimentos consiste principalmente na agricultura, com cerca de 70% de parcelas (lotes) de terra, dos pequenos produtores (Banco Mundial, 2017). É considerado um sistema frágil devido à baixa produção interna, fraca infraestrutura e à falta de serviços públicos de apoio e coordenação, o que força o país a importar grande parte de seus alimentos (Instituto Nacional de Estatística, 2016) os quais dado o isolamento geográfico e económico do país, este depende fortemente de mercados remotos para o abastecimento de alimentos.

A Ilha de São Tomé tem 9 microclimas nomeadamente: super húmido, húmido, sub-húmido, sub-húmido-seco, semi-árido, árido, megatérmico, mesotérmico e microtérmico (Afonso, 1969). Devido a condições climáticas e diferentes ecossistemas existentes, a agricultura é tida como o sector económico mais importante da Ilha. No entanto, apesar de o sector agrícola ser visto com potencial de resultados imediatos na economia familiar do país, e que segundo o Banco Mundial (Banco Mundial, 2017), tem estado a receber uma assistência técnica e financeira diversificada; a agricultura continua predominantemente de subsistência e não constitui fonte atrativa de emprego para a população, principalmente os mais jovens. Como consequência, o êxodo rural, e a maioria dos que ainda trabalham no sector agrícola procura rendimento adicional em outros sectores de trabalho, incluindo a alienação de suas parcelas de terra para ganhos pecuniários imediatos em detrimento de produção agrícola. A agricultura atualmente emprega apenas 19%, dos quais 9% são mulheres, da força de trabalho e contribui com cerca de 14% ao PIB, enquanto que o sector dos serviços contribuiu com cerca de 71%, e a indústria aproximadamente com 13% (World Bank, 2021a).

Por outro lado, as condições climáticas também tornam STP um habitat favorável para a multiplicação, crescimento e propagação de fungos, bactérias, e diversos insetos-pragas que vem assolando as culturas agrícolas; o que torna necessário apostar efetivamente na estruturação do Sistema de Agricultura Sustentável de forma a minimizar os efeitos nefastos das pragas/doenças na agricultura e aumentar a produtividade das culturas.

De referir que, segundo o Banco Mundial (Banco Mundial, 2017), STP para além de ilhas e alguns ilhéus é constituído por vários afloramentos ou “pedras”; e que devido à sua geomorfologia o relevo assume formas irregulares, entre as menos abruptas, ondulado suave, acentuadas, a muito acidentadas, erizada de morros, montes e agulhas, até às que conferem preocupante acuidade à erosão da zona costeira, reduzindo a área arável para a prática da agricultura. A figura 1 mostra que dos 44.000 hectares para a prática de agricultura, a área arável é extremamente reduzida sendo apenas 4.000 hectares, pois 39.000 já tem culturas permanentes, e o resto (1000 hectares) para pastos.

Figura 1: Terra disponível para a prática de agricultura em STP:



Source: FAOSTAT (Sep 07, 2021)

Fonte: <http://www.fao.org/faostat/en/#data/FS>

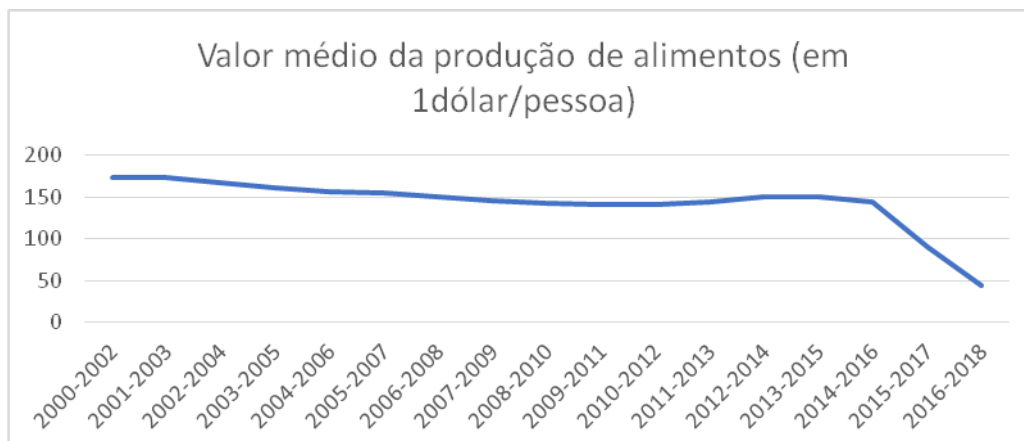
A agricultura concentra-se principalmente em culturas comerciais destinadas à exportação, como cacau, dendém, café e pimenta.

Sobre a produção pecuária, não foi encontrada uma base de dados recente, se não um estudo feito em duas comunidades da Ilha de São Tomé que aponta para o reconhecimento do potencial produtivo pecuário e a sua importância para a segurança alimentar e geração de renda; a “existência de suínos e aves de capoeira num número não negligenciável” e uma série de problemas que limitam a produção pecuária nomeadamente a falta de financiamento para os criadores, e roubo de animais.

Por sua vez, a pesca marítima é fundamentalmente artesanal e realiza-se praticamente próximo da costa (Banco Mundial, 2017), contribuía em cerca de 5% para o PIB em 2007, e representava mais ou menos 70% do consumo de proteína de origem animal em STP, no entanto, verificava-se uma fraqueza institucional para guiar a uma exploração mais eficiente e sustentável deste recurso. Realça-se a melhoria que tem se observado pois segundo a Direcção de Pesca de STP, entre 2005 e 2017, a captura do peixe aumentou de 4 mil para 12 mil toneladas por ano, o que significa maior disponibilidade deste bem alimentar, conduzindo a um fluxo financeiro de cerca de 30 milhões de dólares por ano.

Portanto, no geral, a produção agregada de alimentos em STP, para além de ser baixa, o seu valor (em \$1 por pessoa) tem estado a decrescer ao longo dos anos devido à utilização intensiva e inadequada dos solos em anos sucessivos (Gomes et al, 2018); com um decréscimo acentuado de \$145 em 2014 para \$44 em 2018 conforme ilustrado na figura 2.

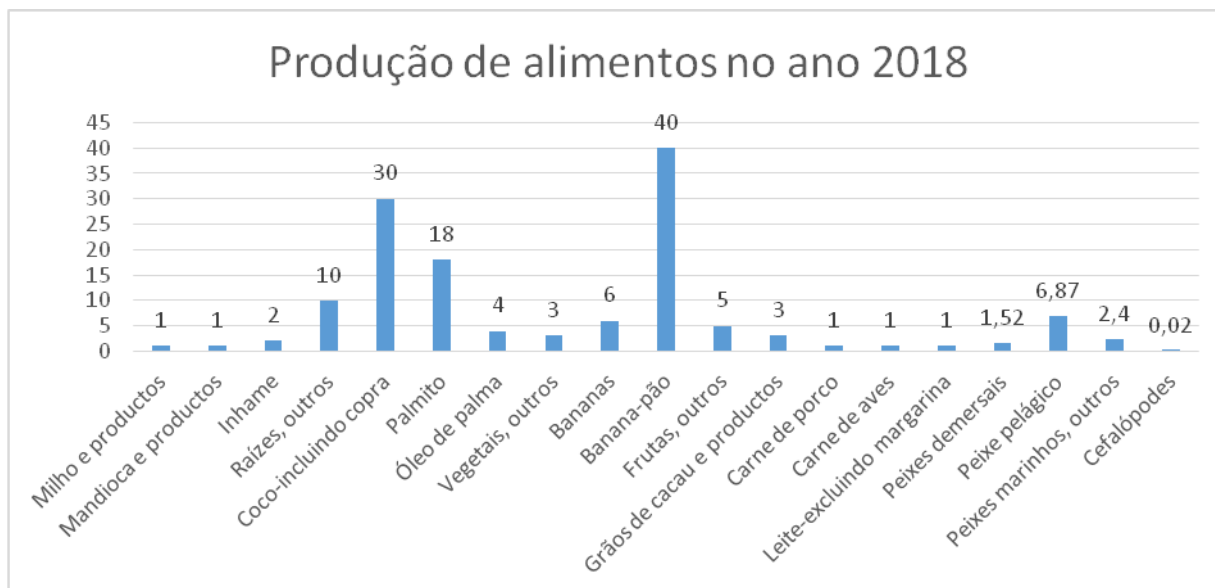
Figura 2: Valor de Produção de Alimentos (\$1/pessoa)



Fonte <http://www.fao.org/faostat/en/#country/193>

Há esforços do país para diversificar a produção de alimentos para o consumo doméstico, os quais aumentaram a produção de pequenos proprietários de banana, mandioca e milho, mas os volumes permanecem abaixo dos níveis necessários para atender às necessidades domésticas. A figura 3 apresenta a produção dos principais produtos alimentares em STP no ano 2018 que apesar de ser melhor em alguns produtos, se comparada aos anos anteriores, esta se apresenta muito baixa e resume-se principalmente em bananas, coco incluindo copra e muito fraca produção pecuária.

Figura 3: Produção de alimentos em STP no ano 2018 (em 1000 Toneladas)



Fonte: adaptado de <http://www.fao.org/faostat/en/#data/FBS>

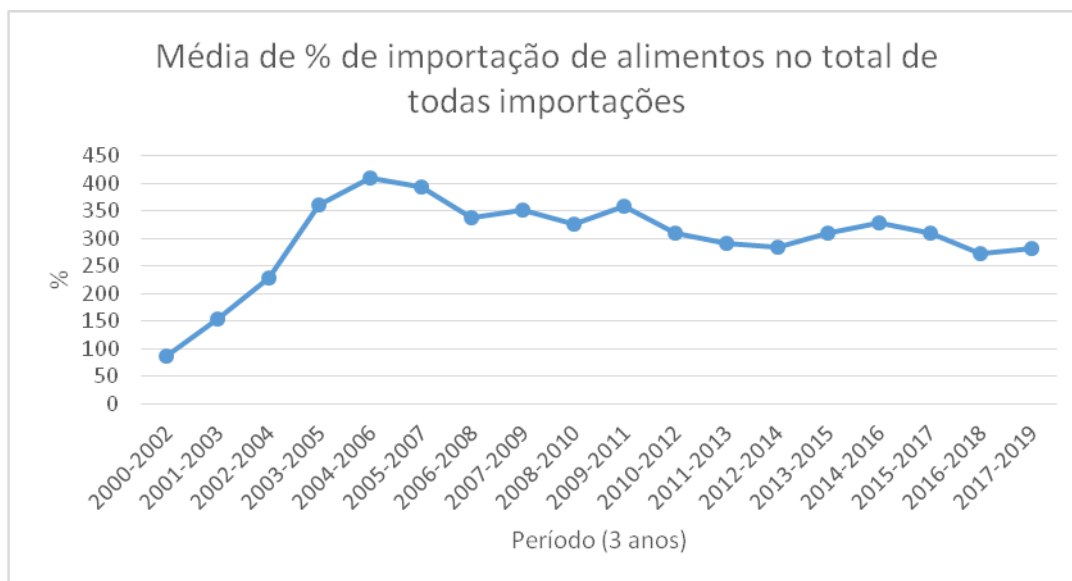
A baixa produção de alimentos no país, segundo os participantes na reunião de validação técnica do presente documento², deve-se a vários fatores, dos quais os supra mencionados como pragas, doenças, sementes adaptadas ao clima local, irrigação no período crítico (época seca), gestão inadequada da fertilidade dos solos e a aposta em produtos agrícolas de rendimento para exportação; mas também deve-se efetivamente na pouca aposta dos agricultores em produção de produtos alimentares principalmente cereais, elevadas taxas de

² Anexo 2 Lista dos participantes na reunião de validação técnica

importação de insumos, bem como o comportamento do consumidor final na demanda de alimentos, a qual não estimula a produção interna.

Sendo a produção interna de alimentos em STP insuficiente, resulta numa alta dependência de importação de alimentos, isto é, o país é obrigado a importar maior quantidade de alimentos (Instituto Nacional de Estatística, 2016) incluindo aqueles que pode ou produz localmente (Banco Mundial, 2017). A média de importação de alimentos esteve sempre a cima de 100% do total de todas as importações do país, sendo atualmente 2017 a 2019 de 282% e já tendo alcançado 411% entre 2004 e 2006 (figura 4); e um elevadíssimo rácio de dependência de importação de cereais de 84.9% entre 2014 e 2016.

Figura 4: Média de importação de alimentos no total das importações do país de 2000 a 2019



Fonte: adaptado de <http://www.fao.org/faostat/en/#data/FBS>

Consumo Alimentar

A dieta básica da população de STP consiste essencialmente em banana, arroz, ovos, matabala, feijão, mandioca, legumes, fruta-pão, batata-doce, izaquente e inhame que podem ser acompanhados de peixe ou carne de porco ou frango; sendo o consumo de frutas esporádico (Gomes et al, 2018).

De referir que não obstante a baixa produção interna de alimentos, com as importações há uma disponibilidade considerável de alimentos a qual se notabiliza no suprimento adequado de energia dietética em média a cima de 100%, e a cima de 50 gramas de suprimento de proteína animal por pessoa por dia (figuras 5), da qual a proteína animal tem estado entre 16 a 17 gramas/pessoa/dia (FAO, 2020a). Note-se que existem porém outras fontes de proteínas que a população adiciona na sua dieta, nomeadamente o búzio (caracol), aves, e outras (Bonfim, 2008), entretanto, segundo os participantes da reunião de validação técnica do presente documento, a contribuição protéica destas fontes pode não estar registada nas estatísticas formais, o que sugere a necessidade de novas pesquisas adequadas ao contexto local.

A porção do fornecimento de energia dietética derivada de cereais, raízes e tubérculos (kcal/pessoa/dia) foi em média de 43% em 2016 a 2018 e o suprimento de gorduras foi em média 67.7 em 2000 a 2002, que subiu até 76.3 em 2011/13 e baixou ligeiramente para 71.3 em 2016/18 (gramas/pessoa/dia) (FAO, 2020a).

Figura 5: Suprimento de energia dietética

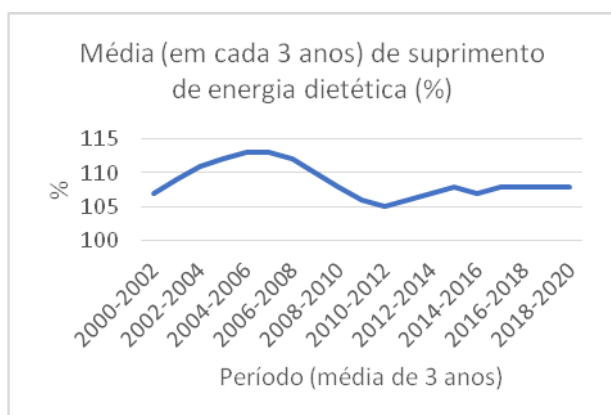
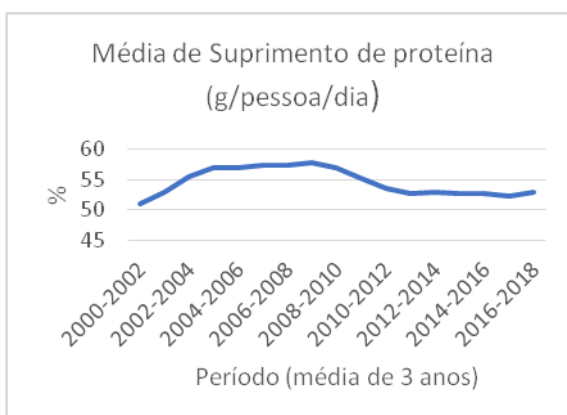


Figura 5: Suprimento de proteína



Fonte: adaptado da (FAO, 2018).

Portanto, a agricultura familiar responde às necessidades alimentares em banana, matabala, mandioca e verduras e outros bens de produção local enquanto as importações suplementam o déficit em cereais (arroz, trigo e milho), leguminosas, óleos, produtos lácteos, açúcar e carnes (Gomes et al, 2018).

Esta realidade pode ser vista em dois prismas. Por um lado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita que tem estado a crescer regularmente, tendo saído de \$ 2.589 em 2001 para \$4.051.6 em 2020, provavelmente devido ao facto de o sector de agricultura ter como foco principal as culturas de rendimento destinadas à exportação, como o cacau que constitui 70% do total das exportações (World Bank, 2021a), café e pimento; significando que existe maior poder de compra de alimentos para os que estão envolvidos na comercialização das culturas de rendimento.

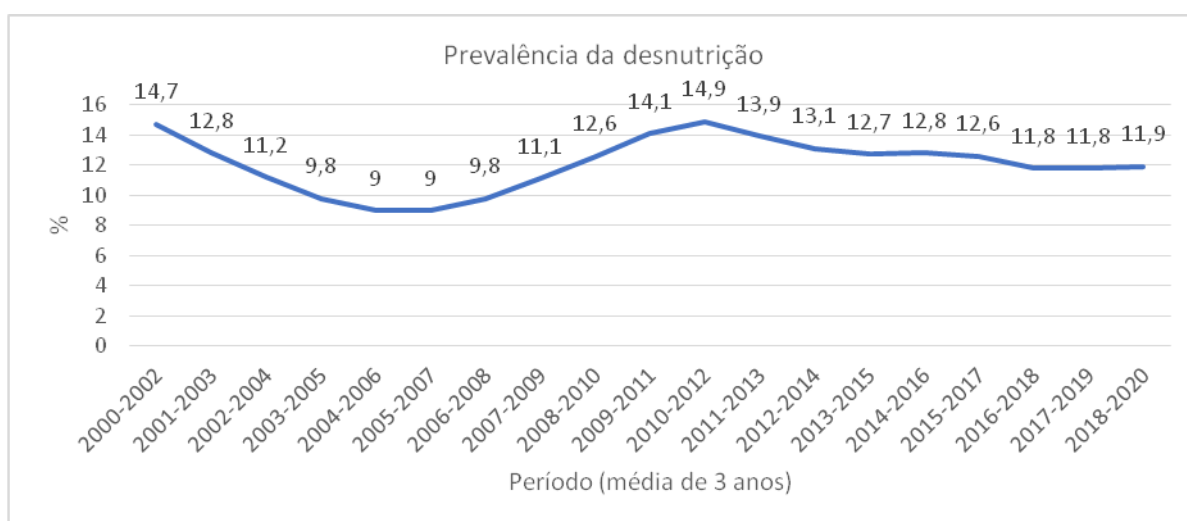
Por outro lado, é importante realçar que o país depende de *commodities* importadas que muitas vezes não são acessíveis aos grupos mais vulneráveis, os pequenos proprietários e agricultores pobres, limitando o seu acesso a alimentos nutritivos (Garbero et al, 2019). O índice de Preços ao Consumidor de São Tomé e Príncipe composto por 10 grupos, mostra uma grande percentagem num agregado de 71.87% alocada para produtos alimentares, bebidas e cigarros, seguido de 10.60% para habitação, energia e combustível (FAO, 2020b).

Resultados dos Sistemas Alimentares de STP na Nutrição

A prevalência da desnutrição no geral tem estado a oscilar ao longo dos anos, e seguiu uma tendência decrescente de cerca de 15% nos anos 2000-2002 para 9% em 2004-2007 (por sinal a mais baixa taxa de prevalência); mas voltou a subir na mesma proporção alcançando novamente quase 15% em 2010-2012 e daí um decréscimo mais lento, se situando atualmente em cerca de 12% desde 2016 (figura 6).

Os indicadores de alimentação de bebés e crianças pequenasⁱ mostram que na diversidade alimentar mínima, 3 em cada 5 crianças de 6 aos 23 meses foram alimentadas com pelo menos 5 dos 8 grupos alimentares no quintil dos mais ricos e apenas 3 em cada 10 no quintil dos mais pobres; 4 em cada 5 bebés entre 6 e 8 meses de idade consomem alimentos sólidos, semi-sólidos ou moles, enquanto que 3 em cada 5 bebés de 0 a 5 meses de idade consomem exclusivamente o leite materno; O início precoce do aleitamento materno das crianças do meio rural (43%) é mais elevado comparativamente às do meio urbano (32%)(Instituto Nacional de Estatística, 2019).

Figura 6: Prevalência da desnutrição em STP



Fonte: <http://www.fao.org/faostat/en/#country/193>

Enquanto isso, em crianças menores de 5 anos a desnutrição aguda foi estimada em 4.1% em 2019; a desnutrição crônica baixou de 23.4% em 2006 para 11.8% em 2020, e o sobrepeso foi de 2.8% em 2010. 5% de crianças menores de 5 anos de idade estão com excesso de peso em 2019. Os indicadores nutricionais não diferem muito entre as populações urbanas e rurais, e entre as famílias mais ricas e mais pobres; Houve uma diminuição ao nível de todas as taxas de mortalidade das crianças de 1985 á 2020, por exemplo a mortalidade infanto-juvenil é quase 3 vezes mais elevada na região Sul-Este (25/1000) do que no distrito de Água Grande (9/1000)(World Bank, 2020a).

Outros dados nutricionais mostram uma tendência positiva de decréscimo da anemia ao longo dos anos, em mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos de idade) que saiu de cerca de 52% no ano 2000 para cerca de 44% em 2019 enquanto que a prevalência da obesidade em adultos maiores de 18 anos seguiu o sentido contrário aumentando de 6% em 2000 para cerca de 12% em 2016 (figura 7).

Figura 7: prevalência de anemia em mulheres (FAO, 2018)

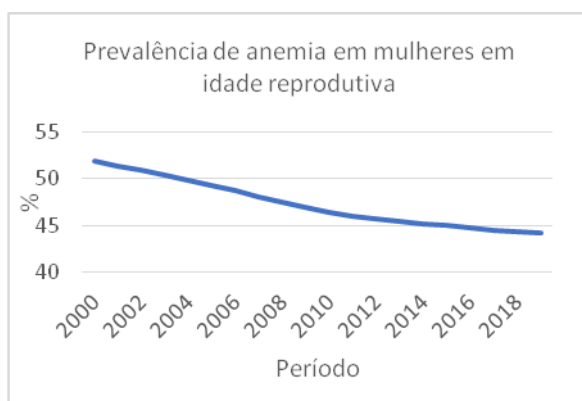
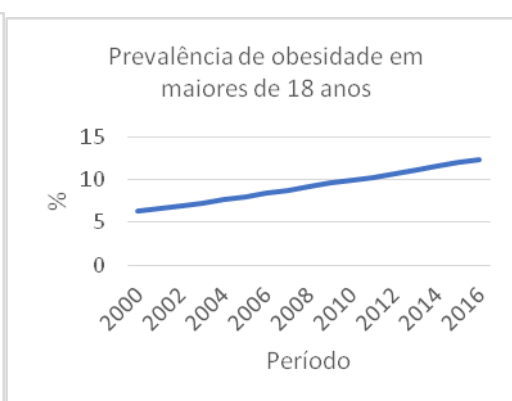


Figura 7: Prevalência de obesidade(FAO, 2018)



No geral, o resultado da ineficiência da produção interna de alimentos, é a dependência de importações para o abastecimento de alimentos, os quais geralmente são altamente processados, com alto teor de açúcar, sal e gorduras; agravada por políticas de liberalização comercial sem controlo; que por sua vez recaem de forma imediata na qualidade da dieta alimentar não saudável e se traduz em resultados nutricionais prejudiciais caracterizados por obesidades, sobrepeso, diabetes e outras doenças crônicas não transmissíveis.

Progresso para os objetivos globais de nutrição:

Em resumo, de acordo com o Relatório Global de Nutrição de 2020, o progresso de STP no sentido de alcançar os objetivos nutricionais fixados globalmente é misto, mas o país está entre os poucos países do continente africano que estão no caminho certo para alcançar quatro dos cinco objetivos medidos: a desnutrição crónica - 11,7% em 2019, a desnutrição aguda - 4,1% em 2020, e o excesso de peso - 4% em 2020, e a amamentação exclusiva – 60% em 2019.

A anemia na mulher - 44,2% em 2019, e o baixo peso à nascença- 4% em 2019 (Instituto Nacional de Estatística, 2019), são indicadores que não estão em curso ou não progrediram; ao mesmo tempo a obesidade em adultos (homens e mulheres) -12,4% (2016) e diabetes não progrediram ou estão a piorar(World Bank, 2020a).

Principais desafios que limitam a sustentabilidade dos sistemas alimentares em STP

Conforme referido anteriormente a **baixa produção interna de alimentos** é o principal desafio para a disponibilidade interna de alimentos com qualidade nutricional desejada pois dificulta o bem-estar económico e o progresso dos meios de subsistência rurais, particularmente daqueles que dependem da agricultura em pequena escala e a pesca artesanal como fonte de renda principal; e, para suprir o défice o país importa maior parte dos alimentos, o que encarece os preços e influencia nos padrões de consumo alimentar para alimentos altamente processados e que resultam em índices crescentes de sobrepeso e obesidade.

Para além da baixa produtividade, se refere que no nível comercial, os pequenos agricultores e suas organizações/associações enfrentam baixa demanda e preços frequentemente em queda para suas safras no mercado formal, intensa competição no mercado informal e uma série de restrições relacionadas à falta de infraestrutura rural, especialmente no que diz respeito às instalações de irrigação, armazenamento e processamento.

Por outro lado, **o investimento nas culturas de rendimento** para exportação principalmente o Cacau, em detrimento de culturas alimentares, pode estar a beneficiar a uma parte da população, mas a excluir os produtores de pequena escala para além de reduzir a mão-de-obra e atenção para a produção interna de alimentos, ao mesmo tempo que concorre para a redução e degradação dos solos aráveis. De facto, em termos ambientais, o desmatamento e extração ilegal de madeira; a erosão e exaustão do solo; tratamento de esgotos inadequado nas cidades; preservação da biodiversidade, gestão deficiente de resíduos e uso indevido de recursos naturais são apontadas como questões desafiadoras (Comissão Europeia, 2021).

O acesso à água segura e serviços de saneamento, é um dos principais fatores para o desempenho dos sistemas alimentares de uma sociedade. Para o caso de STP, embora haja progresso no acesso à água potável, sendo que em 2017, 84% da população tinha pelo menos acesso básico e 12% acesso limitado, o mesmo não se pode dizer em relação aos serviços de saneamento onde apenas 43% da população tem pelo menos serviços básicos, enquanto que 47% da população pratica de fecalismo a céu aberto (WHO/UNICEF, 2020). De facto no Estudo Nacional de Perspetiva a Longo Prazo (NLTPS) do ministério do plano e Finanças, horizonte 2025, afirma-se que o mau saneamento do meio é um dos grandes problemas com que se confronta o País, tendo em conta o impacto negativo do mesmo para o desenvolvimento humano sustentável (Ministério do Plano e Finanças, 2000).

As questões de género também foram afloradas, nomeadamente a sobrecarga de trabalho das mulheres, as quais se reconhece que contribuem significativamente para a segurança alimentar através da agricultura de subsistência em pequena escala, incluindo processos de transformação e conservação, juntamente com o trabalho doméstico não remunerado; entretanto o seu trabalho é subvalorizado especialmente nas áreas rurais onde a desigualdade de género é particularmente acentuada (WFP, 2019). Dentro dos determinantes relacionados com o género, as gravidezes precoces são de 27% em 2014; o Índice de Desigualdade de Género (pontuação) é de 0,55 em 2018 e o Índice de Desigualdade de Género (classificação por país) é de 136 sobre 162 em 2018. Um indicador no bom caminho é a prevalência da matrícula feminina no ensino secundário, que aumentou de 34,4% em 2004 para 52% em 2010 e até 84,1% em 2015!

Outros constrangimentos ou desafios que limitam a sustentabilidade dos sistemas alimentares em STP foram descritos no relatório final da revisão estratégica Fome Zero (Gomes et al, 2018) e a seguir se aponta alguns:

- Terra: O território é reduzido, muito acidentado, com solos degradados e com baixa aptidão agrícola;
- Limitada mão-de-obra;
- Pouco investimento de capital e ineficiência na sua gestão, bem como a falta de avaliação de impacto de projetos implementados nas comunidades;
- Reduzida dimensão do mercado associada à insularidade;
- Infraestruturas deficientes e limitadas tais como estradas de escoamento dos produtos, sistemas de rega, armazéns;
- Insuficiente número de técnicos nutricionistas e fraca percepção da importância da nutrição na saúde dos são-tomenses leva a falta de conhecimento por parte da população; e
- Fraco conhecimento do valor nutricional dos produtos e dietas inadequadas ao nível do agregado familiar.

Principais Arranjos Institucionais e Programas do País para os Sistemas Alimentares

Enquadramento institucional: O Ministério do Planeamento e Desenvolvimento (MPD) é atualmente a instituição governamental responsável pelo sector agrícola. Tem 3 Direções Gerais (Direção Geral da Agricultura e Pescas - DGAP; Direção Geral do Planeamento; Direção Geral do Turismo e Hotelaria). A DGAP é responsável pela preparação e implementação da política governamental nos sectores da agricultura, pecuária, silvicultura, pescas, desenvolvimento rural e reforma agrária. São apoiados por órgãos consultivos (estratégicos) tais como o Conselho Técnico, o Conselho de Administração e o Gabinete de Planeamento Agrícola.

A nível operacional, quatro direções técnicas são constituídas por diferentes departamentos: Direção da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Direção das Florestas, Direção da Pecuária e Direção das Pescas. A este nível, existem também estruturas técnicas especializadas, como por exemplo: CIAT, CATAP, FIC-PAPAFPA, Parc-OBÔ, CADR (PRONER).

Outros ministérios importantes a nível dos sistemas alimentares incluem o Ministério das Finanças e Cooperação Internacional em termos de investimento público; o Ministério da Saúde (Programa Nacional de Nutrição)-em termos de prevenção de doenças associada a alimentação e nutrição; e o Ministério das Infra-estruturas, Obras Públicas, Recursos Naturais e Ambiente em termos de planeamento físico.

Instituições privadas: As principais ONG de desenvolvimento relacionadas com sistemas alimentares são: ZATONA-ADIL (ação para o desenvolvimento de iniciativas locais); FONG-Federação de ONG; MARAPA (pesca e ambiente); FENAPA (Federação Nacional de Pequenos Agricultores Familiares); ADAPA (agricultura, desenvolvimento, ambiente, gado); REDE DE Segurança Alimentar (segurança alimentar); ALISEI (ONG italiana) e Quà-Têla (ONG nacional de transformação de alimentos), ZOOVET (gado) e CMA (prestação de serviços de saúde animal).

Programas e políticas adotadas pelo Governo,

- i) Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional/Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (ERSAN-CPLP);
- ii) Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) 2012-2016; a estratégia Nacional de Redução da Pobreza, cujos, os objetivos são os de consolidar os ganhos já alcançados pelo país ao longo da última década, implicando criar e assegurar as condições essenciais para o crescimento e criação de emprego e, por consequência, reduzir a pobreza que afeta hoje mais de 65% da população são-tomense.
- iii) Elaboração da Carta de Política Agrícola para o Desenvolvimento Rural (CPADR);
- iv) Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) 2012-2023;
- v) Programa Nacional de Investimento Agrícola para a Segurança Alimentar e Nutricional (PNIASAN) 2016-2020;
- vi) Estratégia Nacional de Segurança Sanitária Alimentar (ENSSA) 2017-2022;
- vii) Estratégia de Proteção Social, política de reformulação dos programas existentes i) mães carentes a famílias; ii) aumentar o número de beneficiários das pensões sociais; iii) trabalhos públicos comunitários, em que a camada jovem desempregada recebe um subsídio de desemprego em troca de serviço público. A reestruturação do programa de transferências “Mães Carentes” num programa de transferências monetárias condicionadas para apoiar as famílias em extrema pobreza. Este novo programa de apoio as famílias em extrema pobreza promoverá uma maior procura por parte das famílias mais pobres pelos serviços de nutrição e saúde e outros serviços básicos, porque se torna imperioso fortalecer a oferta destes serviços. Este último é o objetivo principal do programa dos Primeiros 1.000 Dias Mais Críticos (DMC) para o grupo prioritário de mulheres grávidas e crianças menores de 2 anos.
- viii) Legislação para a iodização obrigatória do sal
- ix) Imposto sobre bebidas açucaradas
- x) Plano Nacional do Desenvolvimento Da Saúde 2017 – 2021 (Ministério da Saúde, 2017) O programa do Ministério da Saúde: focado nas famílias e crianças mais vulneráveis, tomando em conta a situação atual da pobreza e vulnerabilidade; e as políticas e planos existentes nas áreas de nutrição e saúde., O PNDS está composto por 4 domínios e 19 programas. O Programa de Nutrição faz par do Domínio Doenças Não Transmissíveis e tem como **estratégias** de: a/ Fortalecer a identificação precoce e a gestão da subnutrição, incluindo a resposta às suas causas subjacentes; b/ Fortalecer e ampliar os Programas de Nutrição Comunitária (PNC) com ênfase especial em crianças menores de dois anos, gestantes e mães lactantes; c/ Eliminação de deficiências de micronutrientes; d/ Promover o apoio nutricional e a gestão de grupos vulneráveis; e/ Promover a segurança alimentar a nível doméstico, comunitário e nacional; f/ Promover a nutrição na educação pré-escolar e nos ambientes escolares; g/ Implementar planos distritais multisectoriais para eliminar a desnutrição; h/ Prevenir e gerir deficiências nutricionais e doenças relacionadas ao excesso; i/ Promover comunicações de mudança de comportamento para a nutrição e promover campanhas nacionais de uso de

- alimentos típicos tradicionais (folhas e frutas da terra); j/ Promover a pesquisa operacional e ampliação das melhores práticas; k/ Melhorar a coordenação com todos os parceiros nutricionais; e l/ Melhorar monitorização e a avaliação das atividades de nutrição.
- xi) Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN), 2016-2020 através do Decreto-Lei n.º 6/2016. A CONSAN missão é de assegurar a coordenação e seguimento de políticas, programas e outros instrumentos sectoriais com impacto ao nível da segurança alimentar e nutricional e realização do direito a alimentação adequada em STP, liderado por o Primeiro Ministro e coliderado por o ministério da agricultura.

Conclusão

Em suma, pode se considerar que os atuais sistemas alimentares de São Tomé e Príncipe não são sustentáveis e há necessidade de uma transformação para que estes possam prover segurança alimentar e nutricional, saúde e bem-estar de forma sustentável ao ambiente.

Assim sendo, vários atores nomeadamente sectores governamentais, sociedade civil, organizações não governamentais, agências das Nações Unidas, doadores, parceiros e academia a todos os níveis do país realizaram encontros/diálogos à luz das recomendações para preparação de compromissos e prioridades do país rumo à Cimeira Mundial dos Sistemas Alimentares (em anexo o roteiro seguido pelo país na sua preparação para este evento). A tabela a seguir apresenta o resumo de ações prioritárias e prováveis compromissos do país para a transformação dos sistemas alimentares, segundo os 5 caminhos de acção (*action tracks* propostos).

Annexo 1: Roteiro para o desenvolvimento de compromissos/acções estratégicas de transformação dos sistemas alimentares

1. **8 a 13 de Julho de 2021:** Realização do debate nacional sob liderança de S. Excelência o Ministro de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural Sr. Francisco dos Ramos, onde concordaram que o que a abordagem territorial para os sistemas alimentares sustentáveis a nível da CPLP tem implicações na economia dos países e, por permitir uma maior coordenação e coerência em diferentes níveis de decisão e consequentemente um maior envolvimento dos subsistemas nomeadamente o agro alimentar, Ambiental, saúde e protecção social, de entre outros. Neste evento foi criado um grupo multisectorial de trabalho denominado ACHA presidida pelo Representante Regional da FAO Sr. Hélder Muteia.
2. **14 de Julho de 2021:** Participação de São Tomé na reunião do Secretariado Técnico Permanente do CONSAN-CPLP – tema: Diálogos sobre sistemas alimentares sustentáveis na CPLP. Nesta reunião foram aprovadas recomendações para os estados membros e estas recomendações foram consideradas nos diálogos nacionais.
3. **15 de Julho de 2021:** Durante a III Reunião ordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP que teve lugar em Luanda (Angola), foi criado um Grupo de Trabalho sobre Sistemas Alimentares Sustentáveis no CONSAN-CPLP sob a coordenação de São Tomé e Príncipe e do MSC-CONSAN.
4. **Julho de 2021:** DAI contratou a NutritionWorks para uma Assistência Técnica no Fortalecimento de Capacidades (TASC) para apoiar São Tomé e Príncipe na preparação³ de um roteiro para a cimeira dos sistemas alimentares (CSA) de Setembro e para preparar compromissos do país para o evento global Nutrição para o Crescimento (NPC) de Dezembro.
5. **3 a 16 de Agosto de 2021:** Primeiros contactos entre a equipa de consultoria e o ponto focal do SUN movement e mapeamento de actores chave a envolver no desenvolvimento do ponto 4.
6. **Agosto a Setembro de 2021:** Realização de encontros técnicos entre TASC e SUN/CONSAN STP, de análise de diferentes documentos do país incluindo as recomendações dos diálogos nacional e do CONSAN da CPLP para sumarização das principais características de sistemas alimentares do país.
7. **Agosto a Setembro de 2021:** Elaboração e submissão do resumo dos sistemas alimentares e tabela de compromissos/acções prioritárias para a Cimeira dos Sistemas Alimentares.
8. **10 a 21 de Setembro de 2021:** Apresentação, discussão e aprovação do resumo dos sistemas alimentares e tabela de compromissos/acções prioritárias de acordo com os cinco caminhos de acção para a Cimeira dos Sistemas Alimentares .

³ Lista de participantes no anexo 2

Anexo 2: Lista de participantes nas reuniões de validação técnica do documento

	Nome	Designação
1	Celso Garrido	Coordenador do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
2	Dilúvia António	Programa Nacional de Nutrição do Ministério da Saúde
3	Miclay Carvalho	Mecanismo de Universidades de São Tomé e Príncipe
4	Milary Mondinga	Direcção de Estudos e Planeamento
5	Natalina Vera Cruz	Directora da Direcção Pecuária
6	Pedro Semedo	Coordenador do Centro de Aperfeiçoamento Técnico Pecuário
7	Valdemira Tavares	Presidente do Movimento Biológico STP
8	Yasmin Scheufler	Técnica de Alimentação e Saúde Escolar
9	Yudmila Vila Nova	Programa Mundial de Alimentação e Saúde Escolar
10	Lígia Mutemba	Consultora da Assistência Técnica no Fortalecimento de Capacidades (TASC)
11	Anne Berton	Consultora da Assistência Técnica no Fortalecimento de Capacidades (TASC)

Anexo 3: Quadro resumo: Caminhos de Acção, Áreas de acção e Soluções para a transformação dos sistemas alimentares em STP

Caminhos de Acção (resultados de longo-termo)	Áreas de acção (resultados de médio termo)	Soluções para a transformação dos sistemas alimentares (precondições para o alcance dos resultados)
AT1 Garantir o acesso a alimentos Seguros e nutritivos para todos	Acabar com a fome e todas as formas de malnutrição e reduzir a incidência de doenças não transmissíveis; permitindo que todas as pessoas sejam bem nutridas e saudáveis	<p>1.1 Reduzir o desperdício alimentar, melhor acesso e diversificação dos mercados (urbanos, de qualidade, mercados públicos) para os pequenos produtores</p> <p>1.2 Realizar e incentivar políticas e investimentos sensíveis à nutrição:</p> <p>1.3 Investir em infra-estruturas e instalações de armazenamento que permitem o transporte mais fácil e o armazenamento seguro de produtos alimentares;</p> <p>1.4 Integrar tecnologias como fortificação de alimentos com micronutrientes para responder as necessidades dietéticas da população; Investir no processamento seguro de alimentos para aumentar a disponibilidade e estabilidade de alimentos;</p> <p>1.5 Reforçar e descentralizar a aquisição de alimentos locais para programas nacionais de alimentação, saúde e nutrição escolar; Assegurar que programas de protecção social tais como alimentação escolar conduzam a melhores resultados nutricionais.</p> <p>1.6 Promover a produção nacional de alimentos de qualidade, preservando o imenso património de biodiversidade e cultura alimentar que existe;</p>
AT2 Mudança para padrões de consumo sustentáveis	Aumentar a demanda do consumidor por alimentos produzidos de forma sustentável, fortalecer as cadeias de valor locais, melhorar a nutrição e promover a reutilização e reciclagem de recursos alimentares, especialmente entre os mais vulneráveis	<p>2.1 Adopção de medidas de política fiscal para reduzir o consumo de alimentos ultra-processados com um impacto negativo na saúde; Financiamento de acções de educação alimentar e nutricional.</p> <p>2.2 Estudos para fornecer recomendações legislativas aos governos a este respeito; Necessidade de um quadro legal adequado para a agro-indústria;</p> <p>2.3 Introduzir a Agro-ecologia no centro dos SAS, fazendo de forma diferente e sua legalização;</p> <p>2.4 Desenvolver orientações nacionais para dietas saudáveis e sustentáveis e determinar formas de tornar as directrizes accionáveis e de fácil utilização para os consumidores: Incentivar as mudanças de comportamento dos consumidores através da comunicação social de mudança de comportamento e de campanhas de comunicação de massas e orientações nutricionais incongruentes com provas, rotulagem enganosa, comercialização sem restrições de alimentos e bebidas para crianças, etc. a promoção da produção interna de alimentos de qualidade e a melhoria das dietas dos grupos mais vulneráveis à desnutrição;</p> <p>2.5 Melhorar a disponibilidade (por meio de acesso aberto quando apropriado) e a qualidade dos sistemas de informação multissetoriais que capturam dieta, composição alimentar e dados relacionados à nutrição para melhorar o desenvolvimento de políticas e responsabilidade, inclusive por meio da promoção de métodos harmonizados de coleta de dados.</p>
AT3 Impulsionar a produção positiva para a natureza	Optimizar o uso de recursos ambientais para a produção, processamento e distribuição de alimentos, reduzindo assim a	3.1 Aumentar a produção alimentar sustentável; Melhoria da produtividade e fortalecimento da resiliência, adaptações e diversificação dos rendimentos dos agricultores com recurso às técnicas agroecológicas; implementar opções de inovações tecnológicas , tais como tolerância à seca e salinidade, que combinam a conservação e uso eficiente das características ambientais e melhoram a disponibilidade sazonal e o valor nutricional das culturas; Prestar assistência

	perda de biodiversidade, poluição, uso de água, degradação do solo e emissões de gases de efeito estufa	técnica serviços de extensão agrícola à agrobiodiversidade de modo a melhorar a diversidade e qualidade da dieta dos Produtores; 3.2 Discriminação positiva nos concursos públicos por parte dos agricultores locais que promovem métodos sustentáveis e produzem alimentos de maior qualidade nutricional; 3.3 Maior coordenação dos instrumentos internacionais para a protecção e preservação dinâmica do património alimentar da humanidade, nomeadamente os importantes Sistemas do Património Agrícola Mundial (ISFAM - FAO) e outros instrumentos existentes, como as reservas da biosfera e o património cultural e natural (UNESCO);
AT4 Promover meios de subsistência equitativos	Contribuir para eliminação da pobreza, promovendo emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos os actores ao longo da cadeia de valor alimentar, reduzindo os riscos para os mais pobres, permitindo o empreendedorismo e abordando o acesso desigual aos recursos e distribuição do valor.	4.1 Reforçar a agricultura familiar nacional, incluindo legislação específica, registos nacionais de produtores e medidas para a sua discriminação positiva no acesso aos recursos financeiros e aos contratos públicos; 4.2 Revisão da problemática de distribuição de terras agrícolas, e reforçar o acesso e direito à terra principalmente pelos mais vulneráveis 4.3 Reforçar a investigação e inovação na cadeia de valor de alimentos com base no conhecimento tradicional e científico; 4.4 Reforçar a extensão rural aos produtores, e o seu acesso a bens, recursos e serviços básicos, incluindo terra, água, crédito, mercados, educação e saúde; 4.5 Introdução de novas tecnologias para reduzir os custos de produção de produtos produzidos localmente e nos locais onde a topografia permitisse implementar a mecanização. 4.6 Reforçar as capacidades dos jovens e das mulheres nas zonas rurais para o empreendedorismo em sistemas alimentares sustentáveis; o papel do género nos SAS mediante o reforço das organizações das mulheres rurais e inclusão da juventude 4.7 Avaliar e agir sobre como os papéis e dinâmicas de género nos sistemas alimentares condicionam o acesso de mulheres e homens para produzir e consumir alimentos saudáveis, seu estado nutricional e empoderamento económico e social
AT5 Criar resiliência a vulnerabilidades	Garantir a funcionalidade contínua de sistemas alimentares sustentáveis em áreas que são propensas a conflitos ou desastres naturais	5.1 Mapear e sistematizar as "paisagens alimentares de cada país e da CPLP" e criação de uma rede digital para valorizar e proteger o forte património ecológico e cultural comum, em parceria com redes e instituições internacionais de referência; 5.2 Assegurar que programas de protecção social tais como alimentação escolar e transferências monetárias conduzam a melhores resultados nutricionais. 5.3 Assegurar a elaboração e implementação de políticas de protecção social sensíveis à nutrição para aumentar o poder de compra e acessibilidade de dietas saudáveis para as populações mais vulneráveis; Consolidar e expandir o programa de alimentação escolar no país 5.4 Reforçar a cooperação institucionais para o combate a roubos e furtos

Referências

- AfDB. (2018). Combine Country Strategy Paper 2018-2022 and Country Country Portfolio Performance Review (CPPR).
- Afonso, M. (Cartographer). (1969). Esboço da carta dos climas, 1:164.000, 1969. Retrieved from http://atlas.saotomeprincipe.eu/1969_alonso_climas.jpg
- Banco Mundial. (2017). Plano multi-setorial de investimentos para integrar a resiliência às alterações climáticas e o risco de desastres na gestão da zona costeira de São Tomé e Príncipe.
- Comissão Europeia. (2021). Análise da cadeia de valor do cacau em São Tomé e Príncipe.
- Development Initiatives. (2020). 2020 Global Nutrition Report: Action on equity to end malnutrition. Retrieved from <https://globalnutritionreport.org/reports/2020-global-nutrition-report/>
- FAO. (2018). FAOSTAT Food Security Indicators. Retrieved from <http://www.fao.org/faostat/en/#data/FS>.
- FAO. (2020a). FAOSTAT Food Balances (2014-). Retrieved from <http://www.fao.org/faostat/en/#data/FBS>.
- FAO. (2020b). FAOSTAT Consumer Price Indices. Retrieved from http://fenixservices.fao.org/faostat/static/documents/CP/CPI_e.pdf.
- Garbero et al. (2019). Impact assessment report: Smallholder Commercial Agriculture Project and Participatory Smallholder Agriculture and Artisanal Fisheries Development Programme, São Tomé e Príncipe.
- Gomes et al. (2018). Revisão Estratégica “Fome Zero” de S. Tomé e Príncipe (STP/ZHSR) - versão final. Retrieved from https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000070152/download/?_ga=2.30255423.162821805.1632335681-2123789077.1617706107
- Instituto Nacional de Estatística. (2016). São Tomé and Príncipe Multiple Indicator Cluster Survey 2014, Final Report. Retrieved from https://mics-surveys-prod.s3.amazonaws.com/MICS5/West%20and%20Central%20Africa/Sao%20Tome%20and%20Principe/2014/Final/Sao%20Tome%20and%20Principe%202014%20MICS_English.pdf
- Instituto Nacional de Estatística. (2019). Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS 6). Retrieved from: https://mics-surveys-prod.s3.amazonaws.com/MICS6/West%20and%20Central%20Africa/Sao%20Tome%20and%20Principe/2019/Snapshots/Sao%20Tome%20e%20Principe%202019%20MICS%20Statistics%20Snapshots_Portuguese.pdf
- Luís Filipe Bandeira Bonfim. (2008). O papel do sistema pecuario familiar na qualidade devida dos agricultores- criadores das comunidades de Monte Macaco e Santa Margarida – Ilha de sao Tome Retrieved from <https://revistas.rcaap.pt/rca/article/view/15617/12807>
- Ministério da Saúde. (2017). Plano Nacional de Desenvolvimento de Saúde (PNDS)2017- 2021.
- Ministério do Planeamento Finanças e Economia Azul. (2019). Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de São Tomé e Príncipe 2020-2024.
- Ministério do Plano e Finanças. (2000). Estudo Nacional de Perspectiva a Longo Prazo (NLTPS) Reflexões estratégicas São Tomé e Príncipe 2025.
- United Nations. (2019). World Population Prospects.
- WFP. (2019). Sao Tome and Principe country strategic plan (2019–2024). Retrieved from <https://www.wfp.org/operations/st02-sao-tome-and-principe-country-strategic-plan-2019-2024#:~:text=The%20WFP%20country%20strategic%20plan,regarding%20food%20security%2C%20nutrition%2C%20school>.
- WHO/UNICEF. (2020). WHO/UNICEF Joint Monitoring Program for Water Supply and Sanitation. Retrieved from <https://washdata.org/data>.
- World Bank. (2020a). World Development Indicators database. Retrieved from <https://data.worldbank.org/country/sao-tome-and-principe>.
- World Bank. (2021a). Employment in agriculture (% of total employment) (modeled ILO estimate) - Sao Tome and Principe. Retrieved from <https://data.worldbank.org/indicator/SL.AGR.EMPL.ZS?locations=ST>.